

ENTREVISTA

MEANDROS DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

Entrevista ao Prof. Dr. Márcio Pochmann (economista,
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP)

Rosiler dos Santos Silva¹

Marcio Pochmann possui graduação em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, doutorado e pós-doutorado em Ciência Econômica, pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, onde atualmente é livre docente e desenvolve pesquisa no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, pelo Instituto de Economia. Seu currículo inclui, ainda, a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Ipea (2007 a 2012) e da Fundação Perseu Abramo, atualmente.

Sua vasta produção acadêmica contempla a publicação de mais de 50 livros, entres eles *Desigualdade Econômica no Brasil* (2015), *Atlas da Exclusão Social no Brasil* (2015), *O Mito da Grande Classe Média* (2014), *A Superterceirização do Trabalho* (2008), *Desafio da Inclusão Social no Brasil* (2004) e *A Década dos Mitos* (2001). A qualidade de sua produção lhe possibilitou três prêmios Jabuti (2008, 2007, 2002) e uma série de títulos de reconhecimento. As temáticas trabalhadas nos livros são Economia Social e do Trabalho, com ênfase em aspectos como emprego, educação, região nordeste, programa bolsa-família e políticas de mercado de trabalho, imbricados com as áreas de pesquisa e experiência profissional do autor.

Nessa entrevista Marcio Pochmann foi convidado a responder a provocações da revista *Ponto de Interrogação*, sobre os meandros da Dívida Pública Brasileira, pensando os sentidos, estruturas e os contextos de exclusões sociais que são criados a partir dela. É um prazer proporcionar aos leitores da revista contribuições significativas desse autor tão respeitado no meio acadêmico, político e dos movimentos sociais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Campus II, Alagoinhas. Endereço eletrônico: rosilerss@gmail.com

Rosiler Santos – O que, exatamente, é a dívida pública?

Marcio Pochmann – Dívida pública é a diminuta ao longo do tempo entre o que Estado arrecada e o que ele gasta. Essa dívida pode ser formada por empréstimo tomado àqueles do topo da sociedade, podendo ser decorrente de títulos públicos; então, os instrumentos são utilizados para financiar essa diferença entre a arrecadação e as despesas. Portanto, a dívida é o estoque de débito que o governo tem com a sociedade e com aqueles que financiaram essa diferença entre a arrecadação e os dividendos.

Rosiler Santos – O cenário mundial tem mostrado que mesmo os países mais ricos têm se afundado em dívidas internas e externas. Na sua opinião, a dívida pública é um projeto do capitalismo?

Marcio Pochmann – Veja, ela pode perfeitamente decorrer com a pressão da sociedade para que o Estado preze as Cofins² ou para determinadas atividades que o setor privado não consegue fazer, todavia a propriedade pode não pagar tributos por esse serviço prestado, então, essa total diferença da nossa dívida pública tem tudo a ver com a capacidade de arrecadação que o Estado tem diante da dificuldade tributária da sociedade e de certos segmentos da sociedade. Então, a dívida é uma forma de financiar essa diferença, mas que na realidade termina, com o passar do tempo, subordinando o sistema do Estado, aquele que financia a própria dívida. E é o que nós temos nos dias de hoje, a presença diretiva, a presença do tomador de crédito do Estado, que financia o Estado e termina comandando o próprio programa de ajuste fiscal, as políticas neoliberais, políticas neozigzag e de ajustes, especialmente interrompendo serviços, que é atividade do Estado para com a população mais pobre. Então, nós temos, através da dívida pública, um instrumento e reputação com o papel do Estado, a dívida pública da qual nos corrompemos é instrumento próprio da dinâmica do capitalismo. Não podemos pensar o Estado à margem do capitalismo; ele é uma parte funcional do próprio capitalismo e, nesse sentido, pobre em seu papel de atuação, seja cumprindo as atividades de regulação da economia, a determinada proporção ou expoente que estamos vendo o capitalismo no século XXI, porque as finanças

² A COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, foi instituída pela Lei Complementar 70 de 30/12/1991.

privadas, na verdade, comandam, em grande medida, o papel do Estado, através da política de austeridade fiscal³.

Rosiler Santos – Por que a dívida pública brasileira teve uma crescente brutal e convergente em governos que se colocaram em campos políticos e sociais tão diferentes, como os do PSDB e PT?

Marcio Pochmann – Se nós tomarmos o governo Fernando Henrique, de 1995 a 2003, e o governo do PT, de 2003 até 2016, nós temos uma realidade bem diferente. O governo Fernando Henrique arcou com uma dívida a reboque, um terço do PIB⁴, e entregou em 2003 uma dívida equivalendo a mais de 60% do PIB. Os governos do PT, na verdade, reduziram a dívida pública de mais 60% em 2013 para um valor em torno de 40%; então, houve um movimento inverso do ponto de vista da relação da dívida pública com o PIB. Então, não vejo, na verdade, relação entre os dois governos, sem falar no debate que a dívida pública do Canhoto, no governo Fernando Henrique, apesar de ele ter feito um processo de matização, o que permitiu arrecadar recursos para evitar uma dívida pública ainda maior e, ao mesmo tempo, ele também foi responsável pela liberação da carga tributária. Ele é a favor da tributação e, de certa maneira, esse aumento da carga tributária serviu não para matizar o serviço público, mas também para evitar uma dívida ainda maior do que ele entregou, em relação ao PIB, mais de 60%. Nos governos petistas, pelo menos até 2014, 2015, a trajetória foi de queda da dívida pública, fez passar da dívida bruta para dívida líquida. O que está ocorrendo com essa parte restante, considerando o problema fiscal que o Estado está vivendo, a tributação da dívida pública, ela voltou novamente a crescer, e é provável que no governo Temer a dívida pública chegue a 80% do PIB. Na verdade, a dívida pública é importante porque em outros países ela é muito maior, Estados Unidos, Japão, Itália, entre outros países, a questão da dívida total não é necessariamente a relação da dívida com o PIB, a composição da dívida, ou seja, como ela é constituída

³ A austeridade fiscal concerne a políticas governamentais e se caracteriza por escolhas que exigem grandes sacrifícios da população. Aumenta a carga tributária, implementação de medidas que restringem a oferta de benefícios, bens e serviços públicos, em razão de cortes de despesas e/ou da realização de reformas estruturais, afetando de forma significativa os estratos mais vulneráveis da população. Seminário de Políticas sociais e austeridade na agenda neoliberal – Rio de Janeiro 16/10/2017.

⁴ Produto interno bruto- PIB.

porque é formada por títulos de curto prazo ou de longo prazo. A dívida do próprio Estados Unidos, os títulos são vinte, trinta anos, ou pouco menos, ela dá uma certa estabilidade, apesar de em proporção ser até grande. No caso brasileiro o problema da dívida não tem nem tanto a balança, que é bastante preocupante, mas justamente a composição, é formada com títulos de menor prazo, que pode inclusive provocar instabilidade para o país.

Rosiler Santos – Em 2007 o Equador conseguiu reduzir em 70% a sua dívida pública e triplicar os investimentos sociais, ao instituir uma radical auditoria. Por que a experiência do país vizinho não influenciou o PT a realizar a auditoria na dívida pública brasileira?

Marcio Pochmann – O problema da auditoria, em geral, é porque ela se concentra mais na dívida interna. Foi praticamente resolvido o problema da dívida interna, especialmente aquela que diz respeito ao Estado, independente se privada, ela foi praticamente extinta no primeiro mandato do presidente Lula, em função de uma estratégia de constituição de reserva e o próprio pagamento do débito que o Brasil tinha com o Fundo Monetário, que guardava com maior tempo em acordo que o Fernando Henrique acabou fazendo no início do segundo mandato. O que não pode, de certa maneira, como proporção importante é a dívida pública, uma dívida formada por títulos⁵ que basicamente é o Banco Central que anuncia. Qualquer avaliação na forma de uma CPI⁶ da dívida, de uma auditoria mais ampla significaria agir dentro de uma legislação própria; nessa correlação de forças o governo não conseguiu, por exemplo, realizar uma reforma tributária que onerasse os mais ricos. Reavaliar a dívida pública através de uma auditoria teria que ter uma quantidade de apoio no parlamento que os governos do PT jamais tiveram, para poder avançar em outras situações importantes como, inclusive, a questão da própria dívida.

⁵ Títulos públicos são papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, que representam uma forma de financiar a dívida pública e permitem que os investidores “emprestem” dinheiro para o governo, recebendo em troca uma determinada rentabilidade. No Brasil o órgão responsável pela administração e planejamento da dívida mobiliária interna e pela emissão de títulos públicos é a Secretaria do Tesouro Nacional, a qual pertence ao Ministério da Fazenda e foi criada em 1986.

⁶ CPI - Comissão de Inquérito Parlamentar

Rosiler Santos – Segundo Maria Lucia Fatorelli, atualmente, a dívida pública consome em torno de 44% dos recursos do país e beneficia, exclusivamente, uma pequena elite (bancos, fundos de pensão, fundos de investimentos nacionais e internacionais...). Considerando que o Estado é cooptado por essa elite, comente sobre a dívida e a luta de classes.

Marcio Pochmann – De fato nós temos uma luta de classes em torno da divisão do fundo público, e a dívida pública, certamente, é divisor que comete, sim, absorção de partes da arrecadação e benefícios de uma parcela pequena da sociedade. É verdade que o PIB vem sendo usado para pagar a dívida pública, mas é importante chamar a atenção que a ideia do rentismo⁷, do viver por trabalhar, viver de aplicações financeiras, grande parte dessas aplicações são mapeados com os títulos, financeiras de acordo com o Brasil, de uma certa maneira ela perpassa não apenas em belo *hits*, mas contamina parte importante dos empresários, o espaço significativo da pobreza. Ela tem o seu lucro associado a reputações financeiras e também podemos dizer que parte da classe média tem dinheiro aplicado pelo financeiro, vive para taxas de juros altas, da própria forma que financiam a dívida pública no Brasil. Então, ela já contamina parte que cresceu na sociedade; é claro que a maior parte pobre está fora disso, mas é possível perceber que não é uma parcela tão pequena da sociedade como o que acontece com o sistema do rentismo no Brasil, que é uma forma improdutiva de aplicação do capital. De certa maneira há uma espécie de constrangimento do Estado para poder compor o que são absolutamente fundamentais para o conjunto da sociedade, então, áreas como saúde, educação entre outros.

⁷ No artigo *Brasil, paraíso dos rentistas*, Ana Araujo e José Martins anotam sobre esse processo: "Em termos populacionais, os parasitas burgueses que vivem mamando na dívida pública através dos inúmeros e sofisticados "produtos financeiros" não passam de 10% da população brasileira. Não são, portanto, apenas um punhado de malvados banqueiros judeus, como é povoada a imaginação popular. Calcula-se que a massa de burgueses no Brasil seja pouco mais de 20 milhões de indivíduos (entre pais e filhos) totalmente improdutivos, mesmo aqueles empregados na forma assalariada para vigiar e massacrar, com reforma ou sem reforma trabalhista, os trabalhadores produtivos empregados ou desempregados do exército industrial de reserva no Brasil. Esses 20 milhões de parasitas da pátria financeira e imperialista encarnam a verdadeira base social e econômica burguesa. Ela é composta da burguesia propriamente dita, proprietária dos meios de produção social, da pequeno burguesia assalariada ou apenas pequeno e média proprietária, rentistas em geral e outras espécies genéricas de despachantes do imperialismo". <http://www.iela.ufsc.br/noticia/brasil-o-paraiso-dos-rentistas>.

Rosiler Santos – Gostaria que fizesse uma relação da dívida pública com as reformas da previdência e trabalhista que têm se constituído como ataque aos direitos trabalhistas. – E qual o impacto da dívida pública nas políticas sociais?

Marcio Pochmann – Bem, nós estamos em uma situação de reforma profunda com efeito nos direitos gerais, perversa para toda a sociedade brasileira que é um processo de retirada de votos do orçamento público, todo um papel importante da Constituição de 1988, Constituição do estado social no Brasil, pelo menos seus parâmetros fundamentais de assistência, estão sendo definidos dentro do computador ou nos moldes de 2016. A reforma trabalhista não foi revisada não apenas pela mudança da CLT⁸, mas também pela finalização da própria terceirização, e não temos uma reforma praticamente no dado social, como a aprovação nas rendas profissionais dos outros grupos que praticamente congela os gastos públicos do Brasil. A reforma da previdência não é apenas uma reforma, ela é um desmonte do sistema de estabilidade social brasileiro. Provavelmente que ela, a reforma, da forma que o governo Temer tem projetado, ao mesmo tempo tem a reação da sociedade, uma série de interceptações que tornam difícil a aprovação dessa reforma no parlamento brasileiro. Agora, o que nós já estamos vendo é que a própria reforma trabalhista e a terceirização complementar já estão ajudando o Copom⁹ a aprovar novos títulos da previdência. O ano passado, 2017, nós tivemos cerca de um milhão de trabalhadores que deixaram de contribuir para a previdência, quer dizer, 10% mais, que um governo de esquerda apresentaria algo viável para os próximos anos. Portanto, a previdência, que não é um problema grave no Brasil, pode se tornar cada vez mais difícil de ser financiado como a própria reforma do trabalho, então, torna-se mais difícil viabilizar as contribuições previdenciárias. E não há nenhuma outra ação no sentido de recuperar na previdência, a permuta que vem e vão, os não pagamentos que deixam de ser feitos, porque não há interesse, justamente, em garantir o pagamento do Brasil, que é a previdência social.

⁸ Consolidação das Leis do Trabalho – CLT Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

⁹ O Comitê de Política Monetária - Copom é um órgão constituído no âmbito do Banco Central do Brasil em 20 de junho de 1996, por meio da circular nº 2.698 com as finalidades de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros.

Rosiler Santos – A universidade, de uma forma geral, tem se omitido dessa discussão?

Marcio Pochmann – De fato, a dívida pública é um problema central no funcionamento do capitalismo brasileiro, mas que não conta, na verdade, com uma posição, não apenas nas universidades, mas junto à população, bem como junto a sindicatos, associações. Não há uma grande reação dos órgãos quanto ao que está retido da dívida pública, tanto que esse tem de saldar, o penhor é, justamente, por pagamento de serviço da dívida. E é contraditório que, apesar dessa importância, muitas vezes a sociedade discute o papel do bolsa família, por exemplo, o seguro desemprego e deixa de lado a questão mais importante que é, justamente, o gasto que o Estado tem com o pagamento da dívida pública.

Rosiler Santos – É possível pensar o futuro da nação sem atrelar ao sistema da dívida pública?

Marcio Pochmann – Dívida pública é um instrumento da natureza do funcionamento do próprio Estado, eu não sou contra a dívida pública, a questão é que ela assumiu uma proporção que faz com que chegue comparativamente a uma situação que é o rabo que balança o cachorro e não o cachorro que balança o rabo; então, a dívida pública hoje comanda o Estado, do ponto de vista do financiamento, especialmente por credores do Estado. Portanto, a segurança fundamental seria que o governo pudesse resolver o problema da dívida pública de outra forma, financiando ela com juros muito mais inferiores, revendo a composição dessa dívida pública e buscando reduzir essa dependência que o Estado tem com os credores que compõem a dívida. Porque aí não temos um jogo que favorece, que tem muito recursos e ao mesmo tempo compromete parte do orçamento do Estado com políticas para toda a sociedade, o que adiantaria, nesse sentido, para se voltar a crescer, podermos consertar políticas públicas com inclusão social, que a dívida pública brasileira tivesse outros alinhamentos e não esses que estamos vendo até agora.

Recebido em: 10/12/2017

Aprovado em: 20/12/2017